

Tite envia à Câmara projeto que cria base para mudar tarifa zero

Redação

Prefeito apresenta texto para instituir o SancaGov, cadastro único municipal; proposta deve ser votada nesta quinta-feira em sessões extraordinárias

O prefeito de São Caetano, Tite Campanella (PL), enviou ontem à Câmara projeto de lei que cria o SancaGov, ferramenta que unifica todos os cadastros de moradores em um banco de dados. A ideia do Executivo é implementar instrumento de governança para modernização e evolução da gestão pública. O texto de autoria da Prefeitura é o primeiro passo para mudanças no programa Tarifa Zero, instituído em 2023, e que passará por mudanças. A gratuidade nos ônibus municipais será restrita e passageiros de outras cidades deverão pagar pelo transporte.

O projeto será analisado pelas comissões permanentes da Casa, a de Justiça e Redação e a de Finanças e Orçamento, antes de ir a plenário. Com o parecer de constitucionalidade, o texto será colocado em votação em duas sessões extraordinárias previstas para esta quinta-feira (12). Com a maioria dos vereadores na base governista, o projeto de lei deverá ser aprovado com pouca resistência.

O SancaGov, segundo o projeto ao qual o Diário teve acesso em primeira mão, além de reunir informações socioeconômicas, de identificação do morador e endereço, será composto também por banco de dados de biometria facial.

“O SancaGov será pioneiro. A Prefeitura atualmente trabalha com vários cadastros que não se comunicam e, por isso, o governo do prefeito Tite vai organizar as informações e integrá-las. O banco de dados será o primeiro passo para o replanejamento do Tarifa Zero”, explicou o líder de governo, vereador César Oliva (PSD).

A biometria facial permitirá maior controle sobre quem recebe os benefícios sociais e também impedirá que cartões, como o que será utilizado nos ônibus, sejam vendidos ou emprestados a terceiros. Dessa forma, apenas o titular do direito concedido pela Prefeitura poderá usá-los.

Protesto acaba com ex-vereador expulso

Com cinco itens na ordem do dia, quatro deles com parecer de inconstitucionalidade e um projeto de decreto legislativo que prevê a concessão de título de cidadão ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), que acabou aprovado, os trabalhos em plenário foram suspensos por pouco mais de uma hora e terminaram com a expulsão de um ex-vereador, que foi carregado para fora por guardas-civis.

A decisão de interromper as atividades partiu do vereador Rodnei Claudio Alexandre, o Professor Rodnei (PSD), que presidia a mesa diretora. Manifestantes ligados ao Psol protestavam com cartazes e faixas, em um primeiro momento em silêncio, contra os parlamentares, que agora ficam isolados do público por um vidro.

A barreira foi instalada no início do ano por ordem do presidente da Casa, Carlos Humberto Seraphim, o Dr. Seraphim (PL), sob a justificativa de proteger vereadores de ataques físicos. Entretanto, o grupo com aproximadamente 20 pessoas colou os cartazes na estrutura. Nesse momento, o pessedista solicitou que os protestantes removessem as fitas adesivas, alegando que poderiam danificar a película protetora.

Sem acordo, os manifestantes passaram, aos gritos, a cobrar a retirada da barreira e a instalação da tribuna livre. Diante do aumento da tensão, o presidente Professor Rodnei suspendeu a sessão e solicitou reforço na segurança. Mesmo após reiterados pedidos para a manutenção da ordem na Câmara, a situação precisou ser resolvida à força. Foi determinado aos assessores o esvaziamento da galeria, e guardas-civis acabaram acionados para retirar, no braço, todos os manifestantes.

O advogado e ex-vereador entre 1993 e 2009 Horácio Neto (eleito pelo PT e hoje no Psol) era um dos manifestante e se recusou a deixar o espaço. Aos 69 anos, o psolista foi carregado pelos guardas para fora do Legislativo, enquanto a vereadora Bruna Biondi (Psol) acompanhava a situação de fora do plenário, se unindo ao coro do grupo.

Ao Diário, Horácio Neto reclamou da atitude considerada antidemocrática. “Ato de intolerância elevada. Totalmente autoritário, mostrando o despreparo de quem estava presidindo a sessão. É previsto na Constituição o direito à livre manifestação. Ele (Rodnei) está errado e repudio essa postura.”

<https://www.dgabc.com.br/Noticia/4289559/tite-envia-a-camara-projeto-que-cria-base-para-mudar-tarifa-zero>

Veículo: Online -> Site -> Site Diário do Grande ABC - Santo André/SP

Seção: São Caetano